

## OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA VIDA DAS MULHERES DOCENTES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA<sup>5</sup>

Hayeska Costa Barroso<sup>6</sup>  
Mariah Sá Barreto Gama<sup>7</sup>

**RESUMO:** A pandemia causada pelo novo coronavírus, e seus impactos na sociedade, suscitou uma série de discussões sobre os efeitos do trabalho remoto na vida de mulheres trabalhadoras. No universo acadêmico, afetou, sobremaneira, o cotidiano laboral das docentes e suas rotinas com os afazeres domésticos, numa sobreposição de demandas dispostas de modo compósito e paradoxal no espaço do lar. O objetivo do presente artigo é compreender os impactos da pandemia e do trabalho remoto na vida das professoras do Serviço Social na Universidade de Brasília, a partir de uma discussão sobre docência e precarização, divisão sexual do trabalho e Serviço Social. Os resultados apontam para um cotidiano marcado pela sobrecarga de trabalho e o acúmulo de atividades, escassez de tempo e dificuldade de separar as atividades profissionais (trabalho produtivo) e atividades domésticas e de cuidado (trabalho reprodutivo).

**PALAVRAS-CHAVE:** Pandemias. Ensino Superior. Serviço Social. Mulheres.

**ABSTRACT:** The pandemic caused by the new coronavirus and its impacts on society, sparked a series of discussions about the effects of remote work on the lives of working women. In the academic universe, it greatly affected the teachers' daily work and their routines with domestic chores, in an overlap of demands arranged in a composite and paradoxical way in the home space. The objective of this article is to understand the impacts of the pandemic and remote work on the lives of teachers of Social Work at the University



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.

5 Esta pesquisa foi apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Programa de Iniciação Científica (PROIC) da Universidade de Brasília (UnB).

6 hayeskacb@gmail.com

7 mariah.gama@hotmail.com

of Brasília, based on a discussion on teaching and precariousness, the sexual division of labor and Social Work. The results point to a daily life marked by work overload and accumulation of activities, lack of time and difficulty in separating professional activities (productive work) and domestic and care activities (reproductive work).

**PALAVRAS-CHAVE:** Pandemics. Higher Education. Social Work. Women.

## INTRODUÇÃO

A pandemia causada pelo novo coronavírus, e seus impactos na sociedade, suscitou uma série de discussões sobre os efeitos do trabalho remoto na vida de mulheres trabalhadoras (OLIVEIRA, 2020; LEMOS *et al*, 2020; MACEDO, 2020; CASTRO e CHAGURI 2020; BARROSO e GAMA, 2020; Di GREGORIO e NOGUEIRA, 2020).

No universo acadêmico, a pandemia de COVID-19 afetou, sobremaneira, o cotidiano laboral das docentes e suas rotinas com os afazeres domésticos, numa sobreposição de demandas dispostas de modo compósito e paradoxal no espaço do lar. A redução do número de artigos submetidos por mulheres a revistas científicas, um dos principais indicadores no atual sistema de progressão na carreira acadêmica, foi o efeito mais perceptível a priori. Analisando o fluxo de artigos recebidos pela Revista Dados, Cândido e Campos (2020) mostraram que o número de artigos publicados assinados por mulheres caiu da média de 40,8% para 28% no primeiro trimestre de 2020, simultaneamente à chegada do coronavírus no país.

O regime de trabalho *home office*, que se popularizou durante a crise sanitária global, impôs novos desafios à vivência do espaço e da temporalidade no mundo do trabalho e da casa, com particulares efeitos para as mulheres, uma vez que “a carreira profissional e a vida doméstica compõem uma realidade experimentada de maneiras diferentes por mulheres e homens” (BORSOI e PEREIRA, 2011, p. 123), cujas manifestações materializam desigualdades de gênero e a chamada divisão sexual do trabalho.

Segundo as autoras Hirata e Kergoat (2007), referências nos estudos sobre divisão sexual do trabalho, as bases teóricas desse conceito surgiram na França, na década de 1970. Em resumo, segundo as citadas autoras, divisão sexual do trabalho diz respeito a: 1) distribuição desproporcional de homens e mulheres no mercado de trabalho; 2) o uso do tempo e do espaço segundo o gênero e suas relações com a desigualdade na divisão do trabalho

doméstico; e, 3) a natureza sistemática dessas desigualdades e como essa diferenciação é utilizada de forma a hierarquizar as atividades e os sujeitos, criando um sistema de gênero (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 596).

O Serviço Social tem historicamente se constituído como objeto privilegiado de análises sobre a articulação entre divisão sexual do trabalho (por ser uma profissão majoritariamente feminina) e divisão sociotécnica do trabalho, cujos efeitos são a precarização e a subalternização do Serviço Social como profissão e área do conhecimento. A feminização da profissão é facilmente constatada pelos dados do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2005) que, já no ano de 2005, indicavam que 97% das assistentes sociais no Brasil eram mulheres<sup>8</sup>. Na Universidade de Brasília (UnB), 75% do quadro permanente de docentes do Departamento de Serviço Social é feminino<sup>9</sup>, enquanto a média geral desta universidade é de 46,3% de mulheres no corpo docente efetivo (FUB, 2019).

Iamamoto e Carvalho (2011) explicitam o caráter de classe e gênero imbricados no processo de gênese da profissão no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, impulsionado pelas determinações sociais e materiais do desenvolvimento das relações capitalistas de produção naquele período histórico. O Serviço Social nasceu como um empreendimento político e ideológico de recuperação da hegemonia da Igreja e controle das classes trabalhadoras pela burguesia (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011); e possibilitou, dentre outros, a formação de um espaço de profissionalização para as mulheres, pela sua aproximação com atributos considerados naturalmente femininos, como o cuidado, a generosidade e a reprodução da família (TIBURTINO, 2015).

Os efeitos da interseção entre divisão sexual do trabalho, trabalho remoto em tempos de pandemia e Serviço Social são complexificados pela intensificação do trabalho docente e pelo estímulo ao produtivismo científico impostos pela expansão do ensino superior no país e pela reestruturação neoliberal administrativa e acadêmica das universidades públicas. Analisando as condições de trabalho e saúde de professores de uma universidade pública federal, Borsoi e Pereira (2011) enunciam os efeitos cruéis da lógica mercantil

---

8 Embora os dados sejam do ano de 2005, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) confirmou que se trata dos dados mais atuais sobre o perfil dos/as profissionais de Serviço Social no Brasil. Informou, ainda, que uma nova pesquisa acerca do perfil do/as assistentes sociais brasileiros/as está em andamento, mas seus resultados ainda não foram publicados.

9 Esse número, conforme consta no site do Departamento ([www.ser.unb.br](http://www.ser.unb.br)) corresponde ao quadro de docentes classificados como “ativo permanente” no momento de escrita deste artigo (fevereiro de 2021).

de produtividade e exigência de metas na vida das mulheres docentes: jornadas sem limites, sobrecarga de trabalho e sofrimento físico e mental. Embora seja uma realidade compartilhada entre docentes homens e mulheres, os efeitos do marcador de gênero são visíveis: docentes mulheres relatam com mais frequência problemas de saúde de ordem psicossomática e uso de medicação prescrita, além de trabalharem por mais tempo em casa nos fins de semana e feriados (BORSOI e PEREIRA, 2011). Sobre isso, os autores afirmam que

[...] mesmo a elevada qualificação profissional e a capacidade intelectual – que aproximam homens e mulheres em torno de direitos sociais no espaço institucional acadêmico – não são suficientes para cancelar as distâncias relativas aos lugares que eles ocupam nos espaços privado, público e, também, laboral (BORSOI e PEREIRA, 2011, p. 124)

No debate da articulação entre divisão sexual do trabalho, Serviço Social e docência, propomo-nos apreender como as transformações no regime de trabalho provocadas pela pandemia se materializaram na vida das mulheres docentes do Departamento de Serviço Social (SER) da Universidade de Brasília (UnB). Trata-se de um departamento composto majoritariamente por mulheres no corpo docente e discente, num curso que traz, desde os seus fundamentos, as marcas e os efeitos da divisão sexual do trabalho e da prevalência do trabalho feminino. Desta feita, o objetivo do presente artigo é compreender os impactos da pandemia e do trabalho remoto na vida das professoras do Serviço Social na Universidade de Brasília, a partir de uma discussão sobre docência e precarização, divisão sexual do trabalho e Serviço Social.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, cujo percurso metodológico adotado consistiu em pesquisa bibliográfica e coleta de dados empíricos. A pesquisa bibliográfica foi realizada para identificação e seleção das principais fontes de leitura, categorias e vertentes teóricas de análise, bem como para o adensamento do referencial teórico da pesquisa. Já a coleta de dados empíricos foi realizada por meio da aplicação de questionários online junto às docentes do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, contendo perguntas sobre: perfil sociodemográfico; formação acadêmica e profissional; docência e trabalho doméstico; docência e maternidade; e docência e pandemia.

O convite para participar da pesquisa e o link para acessar o questionário foi enviado por e-mail para todas as docentes mulheres do departamento,

com exceção da docente envolvida nessa pesquisa como orientadora, e outra professora que participou da fase de testes do instrumental de coleta de dados, o qual foi elaborado pelas próprias autoras deste estudo. A realização do teste piloto (ou pré-teste) foi fundamental para a identificação de lacunas e fragilidades na formulação de algumas questões. Assim, uma vez realizada a fase de teste, o questionário foi revisado, algumas questões foram suprimidas e outras incluídas a fim de adequá-lo mais oportunamente aos objetivos propostos e às particularidades do público-alvo da pesquisa. Portanto, do universo de 27 (vinte e sete) professoras vinculadas ao departamento naquele momento, 25 (vinte e cinco) receberam o convite e 22 (vinte e duas) responderam ao questionário, constituindo, assim, 88% das convidadas e 81% do universo de professoras do departamento estudado. As docentes participantes da pesquisa responderam ao questionário de coleta de dados entre os dias 12 de novembro e 22 de dezembro de 2020. Os dados coletados a partir deste instrumental foram organizados em tabelas e gráficos e analisados à luz do referencial teórico adotado. É válido ressaltar, ainda, que a presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília (CAAE 36301620.8.0000.5540).

Para além desta introdução, o presente artigo encontra-se dividido em cinco partes. As primeiras três partes são reservadas à discussão de cada uma das três principais categorias teóricas de análise, a saber: 1) divisão sexual do trabalho, 2) Serviço Social, e 3) docência e precarização. Em seguida, na quarta parte, são apresentados os principais resultados oriundos da coleta de dados da pesquisa empírica, por meio dos quais se busca empreender uma reflexão sobre como as desigualdades de gênero particularizaram os efeitos da pandemia de COVID-19 para as mulheres docentes, a partir da interseção analítica entre Serviço Social, docência e divisão sexual do trabalho. Por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais, além de pautar uma síntese com as principais evidências encontradas, também são apontadas proposições e possíveis desdobramentos para aprofundar questões visualizadas a partir dos resultados encontrados.

## **DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: SEPARAR, HIERARQUIZAR E APROPRIAR**

Como muitos outros, o conceito de divisão sexual do trabalho é terreno de disputa sobre seus significados e há uma série de teorias sobre a divisão

sexual do trabalho (CASACA, 2009) que compreendem seus fundamentos de formas distintas. Iluminam a presente análise aquelas circunscritas no arcabouço teórico-metodológico marxista, a saber: teorias do exército industrial de reserva; teorias da segmentação e da dualização do mercado de trabalho e teorias dos dois sistemas (CASACA, 2009).

São chamadas de teorias do exército industrial de reserva aquelas que percebem a divisão sexual do trabalho como “produto da feminização do exército industrial de reserva (excedente de população trabalhadora gerado pelo modo de produção capitalista) pelas estruturas capitalistas” (CASACA, 2009, p. 15). Nessa perspectiva, as mulheres seriam mais vulneráveis aos processos de exploração empreendidos pelo modo de produção capitalista, já que compõem uma massa de trabalhadoras necessitadas e dispostas a trabalhar mais por menos, e em situações de maior precarização e vulnerabilidade.

As teorias da segmentação e da dualização do mercado de trabalho entendem a divisão sexual do trabalho como produto intencional dos processos de segmentação e fragilização da identidade coletiva da classe trabalhadora, produzidos, estrategicamente, pelo sistema capitalista com o objetivo de “[...] fragmentar e dividir a força de trabalho, a fim de, mais soberanamente e sem oposição, poderem dominar” (CASACA, 2009, p. 20).

A teoria que baliza a definição de divisão sexual do trabalho adotada pelo presente estudo é conhecida por teoria dos dois sistemas. Embora tenha suas subcategorias, as teorias dos dois sistemas percebem a divisão sexual do trabalho como uma articulação e interação entre dois sistemas de opressão distintos, embora interdependentes: o patriarcal e o capitalista. Assim, a própria gestão capitalista é atravessada pelo sistema de gênero e é do interesse do sistema capitalista o fortalecimento da supremacia masculina para potencializar a superexploração e a subordinação das mulheres (CASACA, 2009).

Federici (2017) aponta que a desvalorização do trabalho feminino foi essencial para o desenvolvimento do capitalismo. Durante o período de acumulação primitiva na Europa, o trabalho das mulheres passou a ser entendido como uma espécie de recurso natural e as atividades femininas de reprodução da vida foram rotuladas como não-trabalho (BARROSO e GAMA, 2020). Assim, a divisão sexual do trabalho se efetivou como a materialização de uma relação de poder dentro da força de trabalho e representou um “imenso impulso à acumulação capitalista” (FEDERICI, 2017), permitindo a apropriação do trabalho não remunerado de reprodução da vida das mulheres.

Federici (2017) faz referência ao que ela chama de “patriarcado do salário” para descrever um novo conjunto de relações sociais inauguradas pelo capitalismo em que, no seio da nova instituição familiar, a apropriação e o ocultamento do trabalho das mulheres se fizeram possíveis pela associação entre poder e trabalho assalariado: “[...] enquanto na classe alta era a propriedade que dava ao marido poder sobre sua esposa e filhos, a exclusão das mulheres do recebimento de salário dava aos trabalhadores um poder semelhante sobre suas mulheres” (p. 194). A ideia de “patriarcado do salário”, portanto, expressa a articulação e a interação entre o sistema de supremacia de gênero e o sistema capitalista, cujo resultado é a apropriação e completa desvalorização do trabalho reprodutivo das mulheres pelos homens e pelo capital *pari passu* à precarização feminina no mercado laboral produtivo assalariado.

Hirata e Kergoat (2007) apontam dois princípios organizadores fundamentais da divisão sexual do trabalho: 1) o princípio de separação e 2) o princípio hierárquico. O primeiro se expressa através da existência de trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e essa separação é feita segundo as noções de biologia e natureza utilizadas pelo sistema de gênero para justificar seu modo de operar as hierarquias e as opressões. O segundo, por sua vez, materializa-se na valorização do trabalho dos homens em contrapartida à desvalorização do trabalho feminino, seja este produtivo ou reprodutivo.

Assim, gerar e criar crianças, cuidar dos enfermos e dos idosos, limpar, cozinhar e realizar todas as atividades domésticas são percebidas socialmente como atividades naturalmente femininas e, por conseguinte, também desprovidas de valor e de esforço, já que estariam fora do terreno do trabalho, mas sim na esfera da vocação, como uma aptidão inata. Logo, depreende-se que “[...] uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 597).

Buscando romper com a naturalização, que invisibiliza e desvaloriza o trabalho feminino reprodutivo, as discussões em torno da divisão sexual do trabalho buscam fomentar o entendimento da família também como uma unidade econômica em que o trabalho reprodutivo das mulheres é apropriado pelo capital, já que possibilita a “redução dos custos da reprodução da força de trabalho, mantendo o seu próprio valor em patamares mais baixos” (NOGUEIRA, 2010, p. 60). Deste modo, é mister o reconhecimento de que

a divisão sexual do trabalho encarna, questões atravessadas por um sistema de sexo/gênero marcado pelas opressões de homens sobre mulheres, bem como por uma estrutura de classes cuja base se ancora na exploração da força de trabalho da classe que produz a riqueza pela classe que se apropria desta mesma riqueza.

## SERVIÇO SOCIAL: GÊNERO, CLASSE E TRABALHO NA PROFISSÃO

Para a finalidade do presente estudo, é indispensável empreender uma breve discussão sobre as determinações sociais, materiais e históricas do desenvolvimento do Serviço Social como profissão no Brasil. Seu surgimento carrega duas marcas importantes: a relação com a Igreja Católica e o seu caráter de classe.

O Serviço Social no Brasil tem sua origem no seio do bloco católico nas décadas de 1930 e 1940, em um momento particular em que a Igreja buscava recuperar sua hegemonia e reafirmar seus interesses e privilégios. As protoformas do Serviço Social representam, portanto, o instrumento ideológico utilizado pelo bloco católico para profissionalizar, modernizar e tecnicizar seu apostolado social, para, assim, competir com a crescente secularização da sociedade da época (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011).

A necessidade de enfrentamento das expressões da questão social, aliada ao controle e à regulação das classes trabalhadoras, por meio das políticas sociais, foi combustível fundamental para o desenvolvimento da profissão, cujas raízes se encontram nas ações filantrópicas de mulheres das classes dominantes. A formação e a intervenção buscavam, tão logo, contribuir com a manutenção da hegemonia de sua classe, diante das ameaças de insubordinação trabalhista e do comunismo. Assim, o Serviço Social caracterizou-se como um movimento de mulheres das classes dominantes, a partir da “idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011, p. 182).

Dentre as contribuições da intervenção do Serviço Social e das políticas sociais para as classes dominantes, Iamamoto e Carvalho (2011) enunciam: a socialização dos custos da reprodução da força de trabalho; a manutenção das condições de sobrevivência do exército industrial de reserva; a regulação da vida social dos trabalhadores; e, principalmente, a garantia de consenso ou hegemonia, na medida em que “uma vez que não existe sociedade baseada na pura violência, é necessário recorrer à mobilização de outros mecanismos

normativos e adaptadores que facilitem a integração social dos cidadãos e a redução do nível de tensão que permeia as relações antagônicas” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011, p. 115).

Ao longo do tempo, a categoria profissional se diversificou em relação ao perfil das profissionais e incorporou paulatinamente parcelas de mulheres oriundas de segmentos da classe média. O arcabouço teórico-metodológico e as ferramentas da prática e da intervenção profissionais também se diversificaram, aproximando-se de teorias sociais críticas e emancipadoras. Tais transformações, contudo, não foram capazes de mudar uma das marcas da origem da profissão, a saber, a feminização da categoria profissional ainda nos dias atuais: 97% das assistentes sociais no Brasil são mulheres (CFESS, 2005). O Serviço Social, assim como a docência<sup>10</sup>, é uma profissão considerada mais atrativa às mulheres, por sua associação histórica (e não por acaso) com as habilidades e atributos ligados ao cuidado, à sensibilidade, à paciência, à moralidade e à educação. Aliás, a relação entre precarização do trabalho feminino e desvalorização do conhecimento e prática de assistentes sociais não deve ser considerada mera coincidência, mas sim expressão da articulação entre divisão sexual e divisão sociotécnica do trabalho. Sobre isto, Cisne (2004) explicita, com base em Lobo (1991), que

A subordinação da mulher e os “dons” ou habilidades ditas femininas são apropriados pelo capital para a exploração da mão-de-obra feminina, pois as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres, ao serem vistos como atributos “naturais”, extensões de habilidades próprias do gênero feminino, são consideradas como dons e não trabalho. Nesse sentido, afirma Lobo: “Uma vez feminilizada, a tarefa passa a ser classificada como “menos complexa” (LOBO, 1991, p.150). Este “menos complexa” vem a ser a “justificação” de desprestígio e de desvalorização do trabalho feminino (CISNE, 2004, p. 130)

Assim, parece imprescindível reconhecer e analisar como as marcas do gênero materializam a divisão sexual do trabalho, operam códigos generificados no terreno da produção de conhecimento e dos saberes intelectuais, e estruturam o fazer docente sob bases desiguais, sexistas e opressoras.

---

10 Em especial na educação infantil e básica. O cenário muda no ensino superior que, com exceção de áreas ainda muito feminizadas (como Serviço Social, Enfermagem, Pedagogia e Dança, por exemplo), as mulheres não são maioria. Embora as universidades sejam campo de trabalho para a docência, também representam o território da racionalidade e da ciência, searas historicamente monopolizadas por homens, explicitando, assim, como opera a divisão sexual do/no saber na academia.

## **DOCÊNCIA E PRECARIZAÇÃO NO BRASIL: AS MÚLTIPLAS FACES DO PROCESSO DE “DEMOCRATIZAÇÃO” DO ENSINO SUPERIOR**

Para analisar, a partir de um recorte de gênero, os impactos particulares da pandemia de COVID-19 e do regime de trabalho remoto na vida de professoras do Departamento de Serviço Social da Universidade Brasília, é imprescindível refletir sobre os processos de precarização produzidos pelas políticas neoliberais que têm como alvo a educação superior.

Duarte (2017), ao discutir a intensificação e a precarização do trabalho docente de assistentes sociais em universidades federais do Brasil, inscreve esse fenômeno em um cenário maior de expansão do ensino superior no país a partir do resgate de três ciclos.

Segundo a autora, o primeiro ciclo de expansão do ensino superior no Brasil se deu no contexto da ditadura civil-militar, por meio da reforma universitária de 1968, cujos principais objetivos eram “desmobilizar os movimentos sociais; priorizar o setor privado rumo à privatização; e subordinação da educação à produção capitalista” (DUARTE, 2017, p. 55). O segundo ciclo de expansão foi operacionalizado durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e corresponde à contrarreforma do ensino superior, parte da contrarreforma do Estado, alinhada com o projeto neoliberal em ascensão naquele período. Ainda segundo Duarte (2017), foi a partir do governo de FHC que a educação passou pelo forte empresariamento do setor e pela desresponsabilização estatal. A autora ainda assinala como principais características dessa contrarreforma: a redução do grau da autonomia universitária e, conseqüentemente, a redução da autonomia docente; a subordinação da atividade acadêmica às demandas do mercado; a desvalorização do tripé ensino, pesquisa e extensão e a concentração de investimentos no ensino, tornando a universidade um “grande escolão”.

O mais recente ciclo de expansão do ensino superior no Brasil, durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), consolidou e aprofundou as tendências anteriores de expansão e flexibilização das fronteiras público e privado na educação. A chamada “democratização do ensino superior” foi operacionalizada, principalmente, por programas de subsídio público a empresas privadas, como é o caso do Programa Universidade Para Todos (PROUni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), garantindo a “ampliação da lucratividade dos grandes grupos corporativos educacionais,

sem muita preocupação com a qualidade da educação oferecida à juventude de baixa renda” (DUARTE, 2017, p. 144). O outro lado desse fenômeno de massificação do ensino superior pela via privada (com subsídio público) é justamente a precarização e o sucateamento sistemático e intencional das universidades públicas federais aliado à incorporação de uma lógica mercantil de intensificação do trabalho.

A construção de uma cultura acadêmica nas universidades centrada na lógica neoliberal e mercantil de produtivismo e competitividade, com metas de publicação e de horas em sala de aula como exigências para reivindicar melhores salários, mais recursos, fomento à pesquisa e prestígio, é fonte de sofrimento e sobrecarga para os docentes e compromete a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Na sua pesquisa empírica com assistentes sociais atuando na docência em universidades federais, Duarte (2017) aponta que, quando perguntados sobre a quantidade de horas trabalhadas por dia, dos 52 sujeitos da pesquisa, 30 anunciaram de 9 a 12 horas de trabalho diárias, seguidos de 14 docentes que afirmaram trabalhar de 5 a 8 horas, e 8 docentes responderam que trabalham mais de 12 horas por dia. Ainda sobre esta pesquisa, a autora afirma que, não raro, os entrevistados relataram sentir que a sobrecarga e o acúmulo de trabalho comprometem a qualidade do ensino, já que falta tempo para dedicar-se à preparação das aulas, em especial à atualização de referências e recursos metodológicos, bem como à busca por novas possibilidades pedagógicas.

Segundo Duarte (2017), podem ser considerados aspectos que produzem o fenômeno intensificação/precarização do trabalho docente nas universidades: a ampliação de vagas nas universidades sem proporcional contratação de mais docentes (sobrecarga de trabalho); a exigência produtivista por parte de órgãos de fomento (competitividade entre docentes para atingir metas de publicação); a exigência para desempenhar cada vez mais atividades administrativas e de gestão, gerando um acúmulo de atividades, além da introdução de novas tecnologias da informação e comunicação no cotidiano laboral, alargando a jornada de trabalho para fins de semana e feriados, bem como com o aumento do grau de intensidade.

Essa exigência de um perfil cada vez mais multifuncional, polivalente e disponível ganha força em um período em que os limites entre trabalho e espaço doméstico estão mais borrados do que nunca, com particulares efeitos sobre as mulheres docentes, já que as medidas de distanciamento social durante a pandemia de COVID-19 “[...] incidiram exatamente na

ambiguidade da posição das mulheres: entre a casa e a universidade; entre o trabalho de cuidado, o trabalho emocional e o trabalho intelectual” (CASTRO e CHAGURI, 2020, p. 24).

## **OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DAS MULHERES DOCENTES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNB**

É importante traçarmos brevemente o perfil das 22 (vinte e duas) respondentes, para melhor entender a realidade vivida por elas nesse período de pandemia e trabalho remoto. Em relação ao perfil das participantes da pesquisa, temos: 81,8% estão na faixa etária de 30 a 49 anos; 54,4% são casadas ou estão em união estável; 81,8% são heterossexuais; 81,8% se autodeclararam brancas e 13,6% negras; 77,3% afirmaram não possuir religião; 40,9% possuem renda familiar mensal acima de 17 salários mínimos; 77,3% possuem filhos. A grande maioria possui doutorado, e metade tem ou está fazendo pós-doutorado. A maioria das docentes também apresentou larga experiência na docência no ensino superior, com mais de 10 (dez) anos atuando na área.

No que diz respeito às atividades desenvolvidas na universidade, as docentes relataram altíssima carga de trabalho relativa à orientação acadêmica de estudantes (considerando Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso - PTCC, Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, monitoria, prática de pesquisa, mestrado e doutorado): do total de 22 docentes, metade respondeu ter mais de 10 alunos sob sua orientação, e mais 5 relataram ter entre 8 e 10 alunos. Somando-se a outras atividades de pesquisa, além de extensão e ensino, essa carga de trabalho parece integrar o processo de intensificação/precarização descrito por Duarte (2017). A autora afirma que parte importante do projeto de expansão do ensino superior no Brasil é justamente multiplicar o número de vagas nas universidades, sem mais investimento em recursos humanos, seja na contratação de novos professores e/ou para cargos administrativos. O resultado é a sobrecarga de trabalho e o acúmulo de atividades e responsabilidades múltiplas, o que causa sofrimento, desgaste nos docentes e pode comprometer a qualidade da formação acadêmica de novos profissionais, bem como afetar diretamente a saúde física e mental dos professores.

Perguntadas sobre sua rotina de divisão de horários entre as atividades profissionais e as suas demais atividades, mais da metade das docentes res-

pondeu não ter conseguido organizar e separar essas atividades de natureza distinta. A dificuldade em desagregar as atividades profissionais e as tarefas domésticas pode estar relacionada com a sobreposição de tarefas, espaços e tempos, de tal forma que

[...] enquanto o tempo e o espaço das atividades laborais dos homens tendem a ser preservados e respeitados, mulheres nas mesmas condições têm relatado a constância das interrupções pelas crianças e por outros membros da família, o que, no caso específico das professoras e pesquisadoras, torna impossível a concentração constante e duradoura que é exigida para o conjunto de tarefas que conformam o conteúdo de seu trabalho (CASTRO e CHAGURI, 2020, p. 24).

Borsoi e Pereira (2011) também já identificaram que o trabalho das mulheres em casa é marcado por mais interrupções do que o dos homens, o que pode, no caso da pesquisa realizada por esses autores, justificar por que suas jornadas de trabalho são mais extensas e prolongadas. Em relação à sobreposição das temporalidades e espaços na experiência das mulheres e a dificuldade de separar as tarefas, Haicault (*apud* CASTRO e CHAGURI, 2020), pesquisando mulheres que trabalhavam na indústria têxtil, nas fábricas e em casa, percebeu que a distinção dos espaços sociais domésticos e profissionais era simplesmente de ordem simbólica. Além da carga de trabalho material e concreta, a autora chama atenção para a exaustiva e adoecedora carga mental, que pode explicar por que mulheres docentes relatam, com mais frequência, problemas de saúde de ordem psicossomática e uso de medicação prescrita (BORSOI e PEREIRA, 2011). Essa carga mental é fruto não só do somatório e acúmulo de tarefas, mas também, e principalmente, da sincronicidade delas. Enquanto trabalham na esfera produtiva, as mulheres planejam e administram uma série de outras atividades de ordem reprodutiva ao mesmo tempo: relembram, simultaneamente, o horário que o caminhão do lixo vai passar, pensam na tarefa da escola dos filhos, na roupa que precisa ser estendida, na carne que deve ser descongelada para fazer o almoço e tantas outras demandas que, embora digam respeito ao grupo familiar e/ou ao coletivo de pessoas que residem na mesma casa, recaem como obrigação e responsabilidade das mulheres.

A maioria das respondentes também afirmou não estar satisfeita com seu desempenho como pesquisadora durante o período da pandemia. 54,5% avaliaram seu próprio desempenho como “ruim” e 31,8% como “regular”.

Somente três docentes avaliaram seu desempenho como “bom”. Como dito, o projeto neoliberal de mercantilização da educação superior impõe a incorporação de metas de produtividade e publicação como indicadores de sucesso profissional e acesso aos recursos e aos financiamentos, através dos órgãos de fomento. Interessante pensar que a paradoxal exigência de produtivismo, através do número de publicações, integra o mesmo projeto que sucateia as atividades de pesquisa e extensão e sobrecarrega os docentes com atividades de ensino e tarefas administrativas. A insatisfação das professoras com seu próprio desempenho como pesquisadoras também pode estar relacionada à percepção de que não dedicam tempo o suficiente para as atividades de pesquisa e escrita acadêmica. De fato, o tempo parece ser um recurso escasso na vida das docentes durante o período estudado. Questionadas sobre a participação em atividades para a sua formação e aperfeiçoamento profissional e acadêmico, (tais como assistir e participar de *lives*, fazer cursos online, ler e escrever artigos), 68,2% responderam que conseguiram participar “muito pouco”. Os principais fatores apontados como impeditivos ou limitadores foram: “não tenho tempo o suficiente” (76,2%) e “o trabalho de cuidados dos meus filhos me deixa muito cansada a maior parte do tempo” (47,6%). Além disso, também responderam “o trabalho doméstico me deixa muito cansada” (33,3%); “não tenho ambiente e recursos adequados” (33,3%); e “não tenho motivação” (9,5%). Nenhuma docente respondeu não ter interesse.

Outro dado importante, que dialoga com a discussão sobre a intensificação e a precarização do trabalho docente nas universidades públicas brasileiras, é relativo ao crescente borramento dos limites entre vida privada/familiar e vida profissional: 63,6% das respondentes afirmaram que já costumavam realizar/atender demandas de natureza profissional em seu ambiente doméstico e familiar, mesmo antes da pandemia. Através da multiplicação de demandas e a incorporação das tecnologias de comunicação e informação, as responsabilidades profissionais invadiram pouco a pouco a rotina privada, com particulares efeitos sobre a vida das mulheres, em geral as maiores responsáveis pelos afazeres domésticos.

Sobre a divisão das tarefas domésticas no ambiente familiar, percebe-se que a realidade das docentes é distinta da maioria das mulheres brasileiras, particularizando-se em determinados aspectos. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), referente a 2019, as mulheres dedicam, em média, 8 horas semanais a mais que os homens, aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas da família, especialmente os

filhos. No entanto, as docentes respondentes da pesquisa apresentaram um cenário diferente: 58% delas disseram dividir igualmente os trabalhos domésticos com algum outro morador da casa. A outra parte (41,2%) marcou a opção: “sim, dividimos, mas eu fico com a maior parte”.

Esse dado pode nos revelar dois aspectos de uma mesma realidade. Por um lado, o nível educacional, a renda média alta ou até mesmo certo nível de consciência acerca das questões relativas ao gênero (seja das professoras seja dos outros moradores da casa) podem deslocar as relações de poder de gênero e criar novas formas de convivência, mais alinhadas com referenciais direcionados ao estabelecimento de relações baseadas na igualdade de gênero. Por outro, muitas mulheres ainda aparecem como as verdadeiras responsáveis pelo trabalho doméstico, enquanto os homens figuram como “ajudantes”. A obra em quadrinhos “The Mental Load: a feminist comic” (2018), da autora francesa Emma Clit, ilustra essa falsa atualização da divisão sexual do trabalho: a frase “era só pedir” (dita pelos homens, em resposta à insatisfação de suas companheiras sobre sua não participação dos afazeres domésticos) representa a ideia de que os homens esperam de suas companheiras que elas lhes digam o que fazer. Isso significa, portanto, que as mulheres continuam sendo vistas como as responsáveis por gerir, administrar, planejar, delegar e ainda executar boa parte do trabalho. Um dos efeitos desse processo, que mascara a manutenção ílesa da divisão sexual do trabalho em sua essência, é justamente a sobrecarga mental, emocional e física das mulheres e a apropriação do seu tempo.

Ainda sobre a divisão sexual do trabalho, a maioria das docentes (77,3%) respondeu contar com o serviço de algum tipo de empregada/o doméstica/o, sendo a maioria delas (88,4%) de regime de trabalho do tipo “diarista”. Hirata e Kergoat (2007) afirmam que a divisão sexual do trabalho tem uma plasticidade que a permite se manter intacta mesmo com mudanças na condição social e política das mulheres. Assim, surgem novas modalidades dessa divisão, em constante articulação com os fenômenos culturais, mudanças no modo de produção e movimentos sociais e políticos.

As autoras apontam para o cruzamento de dois fenômenos contemporâneos: o aumento do número de mulheres em cargos executivos e de nível superior (aumento de seu capital social, cultural e econômico) e também uma super-representação feminina na pobreza, no desemprego e nos trabalhos precários e mal remunerados. Um dos desdobramentos desses dois fenômenos (mas também uma de suas forças impulsionadoras) é a utilização, por parte

das mulheres mais privilegiadas, da abundante mão de obra de mulheres mais vulneráveis assoladas pelas políticas de precarização e flexibilização trabalhista no capitalismo neoliberal. No caso do norte global, em especial as imigrantes, e no caso brasileiro, mulheres pobres e negras integram essa mão de obra utilizada por mulheres mais privilegiadas para terceirizar o trabalho doméstico (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 60). Essa tendência constitui o que as autoras denominam de “modelo de delegação”, uma estratégia crescente nos países capitalistas para lidar com os conflitos e tensões do antagonismo entre as responsabilidades reprodutivas e produtivas de muitas mulheres de classes médias e altas. Como já dito, essa estratégia só é possível pela existência de desigualdades raciais e étnicas, aliada à flexibilização, à precarização e à desproteção no mundo do trabalho assalariado.

No entanto, é importante ressaltar que, por serem socialmente percebidas como as “titulares” das responsabilidades com o trabalho reprodutivo, mesmo quando delegam, o trabalho de supervisionar, orientar e administrar ainda é feminino: “[...] a gestão do conjunto do trabalho delegado é sempre da competência daquelas que delegam” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 607). Além disso, mesmo dispondo dos serviços frequentes ou eventuais de trabalhadoras/es domésticas/os, as docentes relataram realizar uma série de atividades domésticas em casa. As tarefas que a maioria das docentes responderam fazer “frequentemente” foram: cuidar dos filhos, cozinhar, limpar e varrer a casa, lavar roupas e louça, fazer compras e tirar o lixo. Com exceção de “fazer compras”, todas as demais tarefas podem ser classificadas como de necessidade diária/cotidiana, demandando constantemente tempo, esforço e trabalho.

Sobre maternidade e docência, 95,5% das docentes participantes da pesquisa afirmaram que: 1) a maternidade influencia na produtividade acadêmica das professoras mulheres no ensino superior; 2) os eventos científicos da comunidade acadêmica não oferecem condições para a participação de mães que não tem com quem deixar seus filhos; e 3) já precisaram ou conhecem alguém que já precisou levar os filhos para algum evento científico ou para o ambiente de trabalho. Segundo Castro e Chaguri (2020), “[...] a maternidade não deve ser vista apenas pela perspectiva biológica. Ao contrário, olhar para ela revela como o gênero é socialmente construído” (p. 25). Na carreira acadêmica, é comum que a experiência da maternidade, tão socialmente cobrada e exigida das mulheres, seja motivo de penalização para as suas carreiras, funcionando como um “teto de vidro”, uma “barreira invisível

operada pela desigualdade de gênero, dificultando o acesso das mulheres ao topo” (MOSCHKOVICH e ALMEIDA, 2015, p. 752). Uma vez que “[...] a entrada das mulheres na ciência, esfera pública, necessariamente, não as tem desobrigado das responsabilidades com o cuidado da casa e filhos” (RIBEIRO e SILVA, 2014, p. 460), cabe a elas operar o malabarismo de conciliar o trabalho produtivo e reprodutivo, esforço que dificilmente os homens precisam fazer: paternidade e carreira acadêmica não aparecem como escolhas divergentes, tampouco costumam provocar nos homens qualquer dilema moral ou sentimento de culpa.

Sobre isso, ressalta-se a Resolução N° 01/2020, 24 de julho de 2020, do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, que estabelece orientações para a redução da carga horária de trabalho das mulheres docentes do referido Departamento, em especial aquelas que possuem filhos pequenos, que estão na educação infantil e no primeiro ciclo do ensino fundamental (1º a 5º anos) e/ou até 12 anos de idade. Sobre as docentes, a Resolução prevê: a redução da carga horária didática; a reorientação das atribuições administrativas, substituindo temporariamente a docente, quando possível e de acordo com sua vontade, em comissões ou cargos administrativos; e estímulo, de acordo com a vontade da docente, da adoção de orientação compartilhada com outros docentes aptos a auxiliar na orientação de alunos tanto na graduação quanto na pós-graduação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empreender uma reflexão sobre os impactos da pandemia e do trabalho remoto na vida das professoras do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília foi o objetivo central da presente análise que, contudo, não se esgota a partir dos resultados apresentados, mas sim aponta a necessidade de ampliar o debate para questões que o atravessam inevitavelmente. Docência e precarização, divisão sexual do trabalho e Serviço Social se consolidaram, portanto, como categorias analíticas capazes de elucidar as particularidades com que a pandemia se materializou na realidade do cotidiano das mulheres docentes do ensino superior.

O regime de trabalho remoto, popularizado durante a pandemia de COVID-19, incidiu sobre o lugar ambíguo das mulheres na academia: entre a ciência e o trabalho reprodutivo de cuidado da casa e dos filhos. A vivência do tempo e do espaço, marcada pela sobreposição de tarefas e responsabilidades

e sobrecarga física, emocional e mental, é uma experiência *de gênero*. A já conhecida divisão sexual do trabalho, que separa e hierarquiza as tarefas segundo o gênero, explorando e apropriando o trabalho reprodutivo e o tempo das mulheres, é intensificada pelo fenômeno da precarização do trabalho docente no Brasil. Essa precarização é produto da importação da lógica mercantil do mercado privado para dentro da realidade administrativa e intelectual das universidades públicas brasileiras, parte integrante do projeto neoliberal de sucateamento e privatização da educação.

Os dados da pesquisa empírica com as docentes do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília sobre os efeitos da pandemia e do trabalho remoto apontam para um cotidiano marcado pela sobrecarga de trabalho e o acúmulo de atividades, escassez de tempo e dificuldade de separar as atividades profissionais (trabalho produtivo) e atividades domésticas e de cuidado (trabalho reprodutivo). Os dados também revelam uma divisão um pouco mais equilibrada dos afazeres domésticos nos lares das docentes, embora boa parte delas tenha apontado que ainda se responsabilizam pela maior carga de trabalho dessa natureza. A maioria das docentes também se mostrou insatisfeita com seu desempenho como pesquisadora durante esse período, revelando a dificuldade de conciliar as atividades acadêmicas com as demais tarefas, sejam domésticas, sejam de ensino, pesquisa e extensão.

Para além dos resultados evidenciados anteriormente, a presente pesquisa apontou, ainda, para a necessidade de desenvolver estudos, em especial com pesquisas empíricas, capazes de analisar como os impactos dessa nova realidade de trabalho sobre mulheres acadêmicas, cientistas e pesquisadoras se particularizam tanto no ensino superior público como no privado, bem como nas diferentes áreas da produção de conhecimento.

## REFERÊNCIAS

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL. **Elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília, CFESS/CRESS/UFAL, 2005.

BARROSO, Hayeska Costa; GAMA, Mariah Sá Barreto. A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia da COVID-19 para as mulheres no Brasil. **Revista do CEAM**, v. 1, n. 6, p. 84-94, 2020.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira; PEREIRA, Flavilio Silva Pereira Silva. Mulheres e homens em jornadas sem limites: docência, gênero e sofrimento. **Revista Temporalis**, v. 11, n. 21, p. 119-145, 2011.

CANDIDO, Marcia Rangel; CAMPOS, Luiz Augusto. **Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres**. Blog Dados 2020.

CASACA, S. F. **Revisitando as Teorias Sobre a Divisão Sexual do Trabalho**. SOCIUS Working Paper 4/2009.

CASTRO, Bárbara; CHAGURI, Mariana Miggiolaro. Gênero, tempos de trabalho e pandemia: por uma política científica feminista. **Linha Mestra**, n. 41a, p. 23-31, 2020.

CISNE, Mirla. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão**. 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **Trabalho Docente do Assistente Social nas Federais: contradições e resistências em tempos de intensificação e produtivismo acadêmico**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

EMMA (ILLUSTRATOR). **The Mental Load: A Feminist Comic**. Seven Stories Press, 2018. Disponível em: <https://english.emmaclit.com/2017/05/20/you-shouldve-asked/> Acesso: 14.fev.2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FUB. Fundação Universidade de Brasília. **Anuário Estatístico 2019 (Período 2014-2018)**. Disponível em: [http://dpo.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=47&Itemid=872](http://dpo.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=872) Acesso em: 14.fev.2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=28549>. Acesso em: 14.fev.2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 35 ed, São Paulo: Cortez, 2011.

LEMONS, Ana Heloísa da Costa; BARBOSA, Alane de Oliveira; MONZATO, Priscila Pinheiro. Mulheres em home office durante a pandemia da covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. **Rev. adm. empres**. São Paulo, v. 60, n. 6, p. 388-399, 2020.

LOBO, Elisabeth Souza. **A classe trabalhadora tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 1991.

MACEDO, Shirley. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos. **Rev. NUFEN**. Belém, v. 12, n. 2, p. 187-204, 2020.

MOSCHKOVICH, Marília; ALMEIDA, Ana Maria F.. Desigualdades de Gênero na Carreira Acadêmica no Brasil. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 749-789, 2015.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Revista Aurora**, v. 3, n. 2, p. 59-62, 2010.

NOGUEIRA, Luíza Souto Souto; DI GREGORIO, Mariana Orsini Simonetti. Desigualdade de gênero e Covid-19: os reflexos da pandemia na vida das mulheres. **Revista Chilena de Derecho y Ciencia Política**. v. 11, n. 2, p. 44-60, 2020.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia da COVID-19. **Revista Tamoios**. v. 16, n. 1, 2020.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014.